



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI  
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**GABARITO**

GRUPO: CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

DATA:	HORÁRIO:
NOME DO CANDIDATO:	
CPF:	
ASSINATURA:	

**INSTRUÇÕES:**

1. Preencha o quadro acima, não deixando de **assinar** no local indicado;
2. A avaliação é **individual**;
3. Duração da avaliação é de 01 (uma) hora;
4. Essa avaliação tem o valor de 50 (cinquenta) pontos;
5. O tempo de tolerância para o início das provas e o tempo de sigilo é de 10 minutos.

**QUESTÃO UM:** No diz respeito a licitação pública, marque a afirmação **correta**:

- a) A licitação pública objetiva garantir igualdade de condições a todos os concorrentes e assegurar as melhores condições de qualidade para a Administração Pública.
- b) A inexigibilidade de licitação pode ocorrer nos casos de guerra, calamidade pública, emergência ou comprometimento da segurança nacional, contratação de instituições de pesquisa de inquestionável reputação ético-profissional e contratação de organizações sociais para desempenhar atividades previstas em contrato de gestão.
- c) O suprimento de fundos, por sua vez, é o adiantamento concedido a servidor para atender despesas eventuais que exijam pronto pagamento em espécie, ou que sejam sigilosas, ou, ainda, que sejam de pequeno vulto.**
- d) A concorrência é utilizada para aquisição de bens e serviços comuns, cujas características possam ser objetivamente especificadas no edital.

**QUESTÃO DOIS:** Em relação a elaboração e apresentação do projeto da LDO é **correto** afirmar que:

- a) A elaboração pelo Poder Legislativo fica a cargo dos órgãos de fazenda e planejamento do município, Estados e ou União.
- b) O projeto de LDO é encaminhado ao Poder Legislativo no segundo semestre de cada ano, em prazo definido pela Constituição ou Lei Orgânica do Município.
- c) Após a aprovação da LDO, o processo orçamentário volta-se para a elaboração da proposta orçamentária anual por iniciativa do Poder Executivo.**
- d) O Executivo deve apreciá-lo e aprová-lo em tempo que permita a essa lei orientar a elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte.

**QUESTÃO TRÊS:** Não No que concerne aos tributos, indique a resposta **errada**:

- a) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor possa ser expresso, que não represente sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) As taxas são os valores cobrados quando é disponibilizado aos contribuintes um benefício devido a realização de obras públicas.**
- c) As espécies de tributos são: impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- d) Os impostos decorrem de uma situação que independente de qualquer contraprestação do Estado em favor do contribuinte.

**QUESTÃO QUATRO:** No que concerne a participação do Estado na Economia, marque a alternativa **incorreta**:

- a) A carga tributária e a relação das despesas públicas em relação ao Produto Interno Bruto são formas de mensurar o tamanho da intervenção do Estado na economia.
- b) Para Alan Peacock e Jack Wiseman a crescente demanda por gastos públicos tem restrições políticas e econômicas.
- c) A carga tributária é dada pela relação entre a arrecadação tributária e o Produto Nacional Bruto (PNB).**
- d) A Lei de Wagner apresenta a hipótese de que à medida que o nível de renda *per capita* se eleva, em países que se desenvolvem industrialmente e se urbanizam, cresce a importância relativa do setor público.

**QUESTÃO CINCO:** As falhas de mercado justificam a intervenção do governo, em relação as falhas de mercado, marque a alternativa **incorreta**:

- a) As externalidades representam a existência de produtores e consumidores atomizados, tomadores de preço.**
- b) A existência de bens públicos, a externalidade e a assimetria de informação apresentam relação com as falhas de mercado.

- c) Os bens públicos puros apresentam duas características: a não-rivalidade e a impossibilidade de exclusão de seu consumo.
- d) A informação assimétrica corresponde ao nível diferenciado de informação existente entre os agentes.

**QUESTÃO SEIS:** Quanto aos princípios de controle aplicáveis aos recursos humanos identifique a resposta **correta**:

- a) Pessoal selecionado corresponde a delimitação de responsabilidade de forma clara para evitar comprometimento de sua eficácia.
- b) A Segregação de funções prevê a separação das funções de autorização ou aprovação de operações, execução e controle e sua respectiva contabilização.**
- c) No Rodízio de funcionários é realizado seleção e treinamento deve ser realizado de forma criteriosa e sistematizada, buscando melhor rendimento e menores custos.
- d) Determinação de responsabilidade representa que o revezamento de pessoal deve acontecer de forma periódica de modo a permitir que as pessoas possam desempenhar novas tarefas.

**QUESTÃO SETE:** Com relação ao Controle Social, considere as seguintes assertivas:

- I. A Constituição Federal de 1988 dispõe em seu § 2º do artigo 74 sobre o controle social, assim como guarda direitos e garantias individuais do denunciante, a exemplo do sigilo do nome do denunciante.
- II. O Controle Social pode ser exercido por outros meios além dos órgãos de controle externo, a exemplo do controle interno ou reclamações junto a ouvidoria.
- III. O Controle Social no Brasil está limitado a pouca matéria constitucionalmente legislada e apresenta dependência ao que é percebido nos órgãos de controle externo e inserido nos seus regimentos internos.
- IV. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

Estão corretas:

- a) apenas I, II e III.
- b) apenas II e III.
- c) apenas III e IV.
- d) apenas II, III e IV.**

**QUESTÃO OITO:** Sobre a Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, pode-se dizer que, **EXCETO**:

- a) Avaliação patrimonial: é a atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes

- e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.
- b) Influência significativa: é o poder de uma entidade do setor público participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais de outra entidade que dela receba recursos financeiros a qualquer título ou que represente participação acionária, desde que não signifique um controle compartilhado sobre essas políticas.
  - c) Mensuração: é a constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.
  - d) **Valor bruto contábil: é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.**

**QUESTÃO NOVE:** *Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros<sup>1</sup>.*

Assinale a afirmativa **INCORRETA** sobre os registros contábeis e as formas de acompanhamento da execução orçamentária:

- a) São elementos essenciais do registro contábil: a data da ocorrência da transação; a conta debitada; a conta creditada; o histórico da transação; o valor da transação; e, o número de controle.
- b) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.
- c) **Na contabilidade aplicada ao setor público o Patrimônio Líquido compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis.**
- d) As alterações verificadas no patrimônio público consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

<sup>1</sup> MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Manual de contabilidade aplicada ao setor público:** parte I procedimentos contábeis orçamentários. Brasília: STN, 2012.



**QUESTÃO DEZ:** *Os Princípios Orçamentários visam estabelecer regras norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina<sup>1</sup>.*

Sobre os Princípios Orçamentários que integram a contabilidade aplicada ao setor público, assinale a afirmação **CORRETA**:

- a) O princípio da Unidade ou Totalidade delimita o exercício financeiro orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.
- b) Levando-se em consideração o princípio da Transparência o governo deve: divulgar o orçamento público de forma ampla à sociedade; publicar relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal; disponibilizar, para qualquer pessoa, informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa.**
- c) De acordo com o princípio da Exclusividade cabe ao Poder Público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar, ou seja, se subordina aos ditames da lei, estabelecendo a necessidade de formalização legal das leis orçamentárias: PPA, LDO e LOA.
- d) O princípio da Não-Vinculação da Receita de Impostos determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.